

• Constituinte

SEGUNDO TURNO

Sarney reúne líderes para discutir as emendas supressivas

por Marcos Magalhães de Brasília

O presidente José Sarney reuniu ontem de manhã, no Palácio da Alvorada, os líderes do governo e do PFL no Congresso para avaliar as possibilidades de aprovação, no plenário da Constituinte, das emendas supressivas que considera mais importantes para o segundo turno de votações.

A jornada de trabalho de seis horas para turnos ininterruptos de trabalho e o direito de greve nos serviços essenciais foram apontados durante a reunião como dois dos principais temas a serem atacados pelas lideranças fiéis ao governo na Constituinte, mas ainda não foi concluído um levantamento das prioridades do Palácio do Planalto para o segundo turno.

A impossibilidade de prever qual será o quórum das sessões da Constituinte daqui para a frente, quando já estão nas ruas as campanhas municipais, também preocupa o governo. "Nós não sabemos se teremos aqui 300, 400 ou 500 parlamentares para votar", diz o senador Rachid Saldanha

Derzi, líder do governo no Senado. "Mesmo assim, ainda acredito que vamos aprovar a maioria das emendas que corrigem os erros do atual projeto de Constituição".

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, conta que tem causado especial preocupação os tópicos que resultariam em aumento das despesas públicas. Ele cita a queda do limite de idade para aposentadoria no campo para 60 anos — quanto aos homens — e 55 anos — para as mulheres — como um exemplo das atenções do governo. "Até agora ninguém sabe quanto vão custar benefícios como esse", diz ele.

O presidente Sarney, informalmente Lourenço, solicitou à Previdência um levantamento de quanto ela teria de gastar a mais caso fosse aprovado o projeto atual. Enquanto o documento não fica pronto, o governo e as suas lideranças no Congresso procuram aproveitar a semana que resta — antes do início das votações do segundo turno — para identificar os pontos que devem atacar para defender os cofres públicos.

Empresário prevê poucas mudanças na próxima fase

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, recebe que as eleições municipais, aliadas ao "cansaço dos parlamentares", não permitirão grandes mudanças no anteprojeto de Constituição durante as votações do segundo turno.

Apesar da descrença, a entidade já enviou 24 emendas supressivas à Constituinte e participará da reunião da União Brasileira de Empresários (UB), no próximo dia 20, em Brasília, para discutir estratégias visando à supressão, entre outros itens, do turno de seis horas e da preferência por empresas de capital

nacional pelo poder de compra do Estado. Na reunião, Donato espera, ainda, definir formas comuns de negociação com os sindicatos.

Na visão do presidente da Firjan, o turno de seis horas é um erro. "Assuntos desse tipo deveriam ser tratados pela legislação ordinária ou, melhor, ficar a cargo das negociações entre empregadores e empregados", afirmou Donato. Quanto à preferência pelas empresas nacionais, nos casos de encomendas do Estado e de companhias estatais, Donato acha que isso poderá provocar um "surto de desinvestimento" do capital estrangeiro.

Cabral aprova 430 emendas e dá parecer contrário a 1.236

por Adriana Vera e Silva de Brasília

O parecer do relator da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), sobre as 1.844 emendas apresentadas para o segundo turno de votação — que começa na próxima segunda-feira —, foi entregue ontem à tarde ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. Durante a cerimônia de entrega, Ulysses convocou para amanhã de manhã uma reunião dos líderes partidários com o objetivo de fechar acordos sobre as emendas.

Cabral declarou que deu parecer favorável "às emendas que têm indicativos de que poderão ser fruto de acordos entre os partidos". Ele disse acreditar que seu parecer "influenciou a votação em primeiro turno", mas reiterou que "a decisão sobre a manutenção ou não das emendas no texto da Constituição será decidida pelos votos dos constituintes".

Embora tenha dado parecer contrário a 1.236 emendas e favorável a apenas 430, o relator calculou que 40 das propostas apresentadas foram acatadas. "Isso porque, enquanto apenas uma emenda recebia parecer favorável, muitas outras, referentes a um só tema, recebiam a minha rejeição."

Do total de emendas entregues pelos constituintes para serem votadas no segundo turno, 56 não serão votadas no plenário da Assembleia porque não preenchiam as normas estabelecidas para a segunda rodada de votação. Outras 40 emendas receberam parecer favorável apenas parcial e 73 foram consideradas "prejudicadas" pelo relator — tratavam de temas enquadrados em emendas mais amplas. O deputado Cabral esclareceu que "mesmo as prejudicadas serão votadas pelo plenário".

Para respeitar as possibilidades de acordo entre

os líderes partidários, o relator acatou muitas emendas que jogam para a legislação complementar a definição de temas polêmicos (como o tabelamento dos juros e o prazo da licença-paternidade), segundo ele, "nos casos em que a lei complementar for necessária para definir certas questões, valerá a atual legislação no período entre a promulgação da nova Constituição e a entrada em vigor da nova legislação complementar". Para Cabral, não haverá casos de incompatibilidade entre a lei hoje em vigor e a futura Constituição. "porque um texto vai suprimir o outro".

Entre os temas polêmicos que serão votados no segundo turno, o relator deseja manter na nova Carta o que já foi aprovado na primeira votação da Constituinte nos seguintes pontos:

- Licença-maternidade: receberam parecer contrário todas as emendas que suprimiam o prazo de 120 dias de licença para as gestantes.

- Votos aos 16 anos: as sete emendas que sugeriam a supressão da possibilidade de os maiores de 16 anos votarem foram rejeitadas. Para dar coerência ao texto constitucional, Cabral deu parecer favorável às emendas que remetem para a legislação complementar a definição da idade em que o cidadão é considerado responsável por delitos.

- Estabilidade: foram também rejeitadas as emendas que suprimiam a estabilidade para os servidores públicos após cinco anos consecutivos de serviço.

- Eleição em dois turnos: pelo parecer do deputado Cabral, serão mantidos na nova Constituição os dois turnos nos municípios com mais de 200 mil eleitores, tanto para a eleição dos próximos presidentes da República, quanto para os próximos prefeitos e vereadores.

- Mineração: as emendas que instituíam a supressão do monopólio para as empresas brasileiras de capital nacional sobre a exploração de minerais receberam parecer contrário.

- Professores: a extensão da aposentadoria aos 25 anos de serviço para a mulher e aos 30 anos para o homem, não apenas aos professores de 1º e 2º graus, mas também para os professores universitários, foi o tema que recebeu o maior número de emendas supressivas, 39. Todas elas foram rejeitadas.

- Direito da propriedade: receberam parecer contrário as emendas para suprimir o direito de propriedade e o direito de herança do capítulo dos direitos fundamentais.

- Direito de greve: o parecer do relator recomenda a manutenção do direito de greve como foi aprovado no primeiro turno.

- Imposto sobre fortunas: deverá ser mantido, conforme o parecer de Bernardo Cabral.

- Crimes inafiançáveis: o relator rejeitou as emendas que possibilitavam o pagamento de fiança para os crimes de tráfico de entorpecentes, terrorismo e tortura.

Receberam parecer favorável do relator da Constituinte as emendas que estabelecem modificações no texto aprovado no primeiro turno em relação aos seguintes temas:

- Reforma Agrária: foram acatadas as emendas que estabelecem a possibilidade de desapropriação, para fins de reforma agrária, das propriedades rurais produtivas.

- Juros: pelo parecer do relator, ficará na nova Constituição apenas o princípio de que a cobrança de juros será tabelada. A percentagem do tabelamento, entretanto, deverá ser regulada pela legislação complementar, como instituem as emendas que suprimem o limite de 12% para os juros.

- Jornada de 6 horas: o

relator acatou as emendas que suprimiam o termo "máxima" para a jornada de seis horas de trabalho diário nos locais de funcionamento ininterrupto. Segundo Cabral, se este tópico for aprovado, "vai possibilitar a negociação direta entre empregados e empregadores".

- Licença-paternidade: receberam também parecer favorável as emendas que suprimem o prazo de oito dias para a licença-paternidade. Se elas forem aprovadas, o texto da nova Constituição contera o princípio da licença para os pais, mas o prazo desta licença será definido pela legislação complementar.

- Anistias: todas as emendas que estabelecem a supressão da anistia fiscal e das dívidas de microempresários e produtores rurais contraídas durante o Plano Cruzado receberam parecer favorável.

- Preferência para empresas nacionais: o relator acatou as emendas que retiram a preferência às empresas brasileiras de capital nacional para a prestação de bens e serviços ao Estado.

- Sangue: pelo parecer de Bernardo Cabral, serão estatizados os bancos de sangue, mas o setor privado poderá comercializar os produtos derivados do sangue.

- Fernando de Noronha: foram acatadas as emendas que suprimem a anexação do território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco.

- Prisão: o relator Bernardo Cabral acatou as emendas que estendem a emissão de mandados de prisão para todas as autoridades competentes, não apenas aos juizes, como foi aprovado no primeiro turno.

- Presidente da Câmara dos Deputados: receberam parecer favorável as emendas que possibilitam a reeleição do deputado Ulysses Guimarães para a presidência da Câmara.

Procuradoria-Geral pode perder cerca de 70% de suas atribuições

A Procuradoria-Geral da República poderá perder cerca de 70% de suas atribuições caso a Constituinte, na votação em segundo turno, confirme o que aprovou no primeiro em relação ao Ministério Público Federal. A mudança que mais gerou polêmica entre os procuradores foi a transferência para a Advocacia-Geral da União — um novo organismo que sucederá à Consultoria-Geral da República — da atribuição de representar judicialmente os interesses da União.

"Isso representará o fortalecimento abusivo da Administração Pública, em detrimento da instituição (a Procuradoria-Geral), incumbida da defesa da sociedade e do patrimônio nacional, no que diz respeito à Constituição e às leis", afirmou o procurador Alvaro Augusto Ribeiro Costa, coordenador de uma comissão designada pelo procurador-geral José Paulo Sepúlveda Pertence para acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, noticiou a Agência Globo.

Na opinião de Ribeiro Costa, prevaleceu sobre a decisão dos constituintes o argumento de que a defesa judicial da União ficaria sujeita às pressões do Executivo, caso permanecesse nas mãos da Procuradoria, tese defendida pelo Ministério Público de São Paulo.

Trata-se, segundo Ribeiro Costa, de argumento "contraditório", pois enquanto a Procuradoria pauta sua conduta pelos termos das leis que definem suas atribuições, a Advocacia-Geral da União, a exemplo do que já ocorre com a Consultoria-Geral da República, estará subordinada diretamente ao go-

verno. Confundem-se, dessa maneira, "os interesses permanentes da Nação com os interesses contingentes, o episódico com o essencial".

Ribeiro Costa adverte, também, para as implicações diretas dessa mudança na vida dos cidadãos. A cobrança dos débitos do Imposto de Renda inscritos na dívida pública, por exemplo, atualmente é executada de maneira "impossível", quase mecânica, pela Procuradoria. Teme-se, entre os procuradores da República, que essa atribuição, ao passar para as mãos de órgão subordinado ao Executivo, possa ser manipulada de acordo com os interesses conjunturais do governo, sobretudo nos períodos eleitorais, afirmou Ribeiro Costa.

Caso a Constituinte confirme sua decisão, a Procuradoria-Geral também teme que o déficit público seja agravado.

Gadelha calcula quinze alterações

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, disse ontem, ao final de uma reunião de três horas entre o presidente José Sarney e líderes do governo no Congresso, que dos 33 pontos (inicialmente eram 73) que o governo considera passíveis de modificação, deverão ser alterados cerca de 15.

O senador adiantou, segundo a Radiobrás, que hoje, em outra reunião com a participação de todo o conselho político, se debaterá uma estratégia para proceder à mobilização em torno dos pontos de interesse do governo para serem suprimidos.

AGENDA

ONTEM

- PARECER — O relator da Assembleia Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), entregou seu parecer sobre todas as emendas que serão votadas no segundo turno, previsto para co-

meçar na próxima segunda-feira.

HOJE

- PUBLICAÇÃO — Co-meça o prazo para a publicação do parecer do relator sobre as emendas, que deverão ser distribuídas amanhã.